

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA
REYNALDO SOARES DA FONSECA
SÉRGIO SILVEIRA BANHOS
TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

Coordenadores

Prefácio

Rosa Weber

DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Desafios e Perspectivas

Homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso

TOMO 2

PENSANDO AS INSTITUIÇÕES, A JUSTIÇA E O DIREITO

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

SUMÁRIO - tomo II

PREFÁCIO

Rosa Weber	13
-------------------------	----

AUTOCONTENÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR	15
--	----

1	Introdução.....	15
2	A “judicialização da vida” no Supremo Tribunal Federal e suas implicações.....	16
3	Algumas doutrinas sobre a autocontenção judicial.....	19
4	Autocontenção no Supremo Tribunal Federal.....	22
5	Conclusão.....	25
	Referências.....	25

CORTES CONSTITUCIONAIS E DEMOCRACIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988

LUIZ FUX	27
-----------------------	----

	Introdução.....	27
I	As Cortes Constitucionais e o constitucionalismo global.....	28
II	A experiência brasileira: o Supremo Tribunal Federal e a guarda da Constituição de 1988.....	32
III	Os limites do poder judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade.....	35
	Conclusão.....	38
	Referências.....	39

UMA RELEITURA DO “PRINCÍPIO” DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO	41
---	----

1	Localização e problematização do tema.....	41
2	A função dos princípios na contemporaneidade jurídica.....	41
3	Direito Administrativo visceralmente constitucionalizado.....	43
4	Os riscos da aplicação desmesurada de princípios.....	47
5	Impactos dos princípios no sistema (constitucionalizado e não codificado) de Direito Administrativo.....	49
6	Conteúdo (jurídico) do “princípio” da supremacia do interesse público.....	52
7	Conclusões.....	55
	Referências.....	56

MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA: APORTES DO CASO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E DO BRASIL

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS	59
--	----

1	Introdução.....	59
2	As origens da revisão constitucional das leis nos Estados Unidos da América.....	61
3	O modelo brasileiro de Constituições em continuada reforma por emendas.....	66
4	Conclusão.....	69
	Referências.....	71

BREVES CONSIDERAÇÕES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS 130 ANOS DE REPÚBLICA E OS LIMITES DE SUA ATUAÇÃO JUNTO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES	73
--	----

	Introdução.....	73
1	Breves considerações quanto ao tratamento conferido às instituições, notadamente ao Ministério Público, nas constituições repúblicas brasileiras.....	74
2	Exame da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e seus impactos na atuação do Ministério Público.....	78
2.1	Da legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente nos Tribunais Superiores.....	78
2.2	Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações individuais para o fornecimento de medicamentos.....	82
2.3	Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações de alimentos.....	82

2.4	Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública para questionar incentivos fiscais.....	83
2.5	Das conquistas sociais asseguradas via ação civil pública proposta pelo Ministério Público.....	83
2.5.1	Idoso faz jus a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor do ingresso de eventos destinados ao seu lazer	83
2.5.2	Obrigatoriedade de as instituições financeiras utilizarem o Sistema Braille nas contratações bancárias estabelecidas com a pessoa com deficiência visual	84
2.5.3	Dos precedentes do Supremo Tribunal Federal que conferem legitimidade ao Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados	85
3	Considerações finais	86
	Referências.....	86

MONOPÓLIOS PÚBLICOS NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	89	
I	Conceito e disciplina constitucional.....	89
II	Monopólios em espécie	92
II.1	Atividades minerárias.....	93
II.2	Atividades nucleares.....	94
II.3	Atividades petrolíferas	95
II.3.1	As concessões de E&P	98
II.3.2	O regime jurídico do pré-sal.....	100
II.3.2.1	Contratos de partilha	101
II.3.2.2	Cessão onerosa.....	103
II.3.2.3	Conclusão	104

ADVOCACIA PÚBLICA, PRIMEIRO JUIZ DA CAUSA DO PODER PÚBLICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO.....	107	
I	A Constituição de 1988 e a advocacia pública	107
II	A advocacia pública e os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade pública e da impessoalidade.....	108
III	A consultoria jurídica	109
IV	A advocacia pública, sua independência e a litigiosidade.....	111
V	Interesse público e interesse do poder público e a instituição de métodos alternativos.....	112
VI	Conclusão	114

NOTAS SOBRE A TOLERÂNCIA: FUNDAMENTOS, DISTINÇÕES E LIMITES

CLÊMERTON MERLIN CLÈVE, BRUNO MENESES LORENZETTO.....	115	
	Introdução	115
1	Fundamentos	117
2	Distinções	122
3	Limites.....	125
	Considerações finais	130
	Referências.....	130

DIREITO E DESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM DAVID TRUBEK E AS LIÇÕES DE JOHN RAWLS PARA A SUSTENTABILIDADE

GABRIEL WEDY.....	133	
	Introdução	133
1	A Primeira Era: o Estado Desenvolvimentista.....	134
2	A Segunda Era: desenvolvimento e o Estado (Neo)liberal	135
3	A Terceira Era: direito e desenvolvimento(sustentável) nos nossos dias	137
4	Desenvolvimento e o liberalismo político na concepção de John Rawls	142
5	Desenvolvimento e justiça distributiva	145
6	Contribuição das ideias de John Rawls para os desafios da Terceira Era do Desenvolvimento (sustentável).....	147
	Conclusão	151
	Referências.....	152

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E FALHAS DE REGULAÇÃO

GUSTAVO BINENBOJM	155	
I	O que é?	155
II	Para que serve?	156
III	AIR <i>ex ante</i> e AIR <i>ex post</i>	156
IV	A quem cabe realizar AIR?	156
V	Regulamento: início da vigência, metodologia, obrigatoriedade e dispensa.....	157
VI	Críticas à AIR e possíveis respostas em sua defesa.....	158
VII	Conclusões.....	160

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NO DIREITO BRASILEIRO: A ATUALIDADE DA DEFESA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO	163
I Introdução	163
II A garantia ao devido processo legal na história constitucional brasileira.....	165
III Devido processo legal e Estado de Direito	167
IV Considerações finais	171
Referências.....	172

“MÁXIMO EXISTENCIAL POSSÍVEL” NO SOPESAMENTO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O INTERESSE PÚBLICO AO EQUILÍBRIO FISCAL

RICHARD PAE KIM, DANIEL DELA COLETA EISAQUI	175
Introdução	175
1 O direito fundamental à educação à luz da teoria do máximo existencial.....	176
2 O equilíbrio fiscal como interesse público e sua colisão com direitos fundamentais: a teoria da reserva do possível.....	183
3 O contingenciamento de verbas às universidades à luz do dever de mitigar o próprio dano	187
Considerações finais	191
Referências.....	193

JURISDIÇÃO PENAL E EFETIVIDADE

ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ	197
I Introdução	197
II Distância entre o mundo normativo e o mundo real – consequências	198
III Os frustrados fins do Direito Penal.....	200
IV A realidade desafia o sistema de justiça criminal	203
V Fragilidade normativa do Direito Penal	205
VI Algumas causas do déficit de efetividade da justiça criminal.....	208
VII O sistema penitenciário – triste epílogo da justiça criminal	210
VIII Encaminhamento reflexivo	214
Referências.....	216

O DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO: O CONTEXTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A MUDANÇA DO PARADIGMA DA “ÚLTIMA PALAVRA DECISÓRIA”

PATRÍCIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPORER, MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER, VALMIR CHAVES DE OLIVEIRA NETO	219
1 Introdução	219
2 Os “chavões” teóricos e a terceira via: diálogo entre os poderes.....	221
3 O diálogo institucional e o paradigma da “última palavra decisória”	224
4 Espécies de diálogo institucional: “pacífico” x “estocada e bloqueio”.....	227
5 Considerações finais	230
Referências.....	231

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MOVIMENTO: A INTRODUÇÃO DA VOTAÇÃO DE TESES E O ENCONTRO COM A TEORIA DOS PRECEDENTES

PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO	233
Palavras iniciais: O Ministro e o Professor	233
Introdução	234
1 Os diferentes modelos colegiados de decisão.....	237
2 O modelo colegiado de decisão do Supremo Tribunal Federal	240
3 A introdução da votação das teses	241
4 O encontro com a teoria dos precedentes.....	244
Conclusão	248
Referências.....	248

MINISTÉRIO PÚBLICO E SUAS ONDAS EVOLUTIVAS

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO	251
I Notas introdutórias.....	251
II A primeira onda evolutiva: em busca da identidade institucional.....	251
III A segunda onda: o construcionismo institucional	254
IV A terceira onda: o Ministério Público da Constituição de 1988.....	256
V Uma nova onda de mudanças se avizinha	259
Referências.....	262

EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

RENATA GIL, RENEE DO Ó SOUZA, MARCELLE RODRIGUES DA COSTA E FARIA.....	267
1 Introdução	267
2 Hodierno sistema de proteção dos direitos do homem.....	268
3 Direito Internacional Público e Direito Interno Estatal	269
4 Poder Judiciário como responsável pelo controle de convencionalidade das normas de direitos humanos.....	271
5 Exemplo de controle de convencionalidade no Brasil – a incompatibilidade da nova Lei de Abuso de Autoridade com o dever de tutela penal inserido na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.....	274
6 Conclusão	277
Referências.....	277

A FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE

ANGELA ISSA HAONAT.....	279
Introdução	279
O (re)surgimento do Direito Constitucional	280
Carreiras jurídicas e currículos dos cursos de Direito	281
Das escolas judiciárias antes e depois da EC nº 45/2004.....	284
Objeto de análise: Escola da Magistratura Tocantinense (ESMAT)	286
Considerações finais	288
Referências.....	288

A TUTELA JURISDICIONAL CONFERIDA AOS DEMANDISTAS SINGULARES – NOVA MINORIA DO ESTADO BRASILEIRO. A VERTENTE DE ACELERAÇÃO DA ESTABILIDADE JURISPRUDENCIAL DO ARTIGO 926 DO CPC, DIANTE DO EXCESSO DE DEMANDAS EM MASSA E/OU AÇÕES PREDATÓRIAS

ALEXANDRE AGUIAR BASTOS	291
Introdução	291
1 Acesso ao Judiciário (<i>heterocomposição</i>)	292
2 O sistema de precedentes e a otimização da heterocomposição	296
3 A alteração do perfil das demandas – excesso e ações predatórias – fenômenos sociais econômicos	298
4 A estabilidade jurisprudencial do artigo 926 do CPC com os olhos voltados à realidade social.....	301
Conclusão	307
Referências.....	309

MULTIPLICANDO LITÍGIOS: A ELEIÇÃO DA MÉTRICA SENTENÇAS-POR-MINUTO COMO UM MEIO SEM FIM. QUE LIÇÕES PODEMOS EXTRAIR DA INSOLVÊNCIA DA UNIMED PAULISTANA?

ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO, ALEXANDRA FUCHS DE ARAÚJO	311
1 Introdução – o problema das lides repetitivas	311
2 O Judiciário sob a pressão dos números	312
3 O caso da liquidação extrajudicial da Unimed Paulistana.....	317
3.1 Em que ponto avançamos?	319
3.2 O que ficou por fazer?	321
4 Perspectivas: ação estrutural?.....	323
5 Conclusão	324
Referências	326

OS LIMITES DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA	329
1 A constitucionalização do Direito.....	329
1.1 A valorização dos princípios constitucionais à luz da constitucionalização do Direito.....	333
2 A constitucionalização do Direito Administrativo e a necessidade de revisitação de seus paradigmas clássicos.....	335
3 Limites da constitucionalização do Direito Administrativo.....	342
4 Conclusões.....	345
Referências.....	347

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA	349
1 O Ministério Público: Constituição Federal de 1988	349
2 Investigação criminal no Brasil	350
2.1 Conceito, finalidade e destinatários da investigação criminal	350
2.2 Investigação policial: inquérito policial	351
2.3 Investigação extrapolicial: instrumentos investigatórios diversos do inquérito policial	352
3 O Ministério Público e a investigação criminal direta – legislação e doutrina	353
3.1 Argumentos contrários à investigação criminal pelo Ministério Público.....	354
3.2 Argumentos favoráveis à investigação criminal pelo Ministério Público	356

4	O Ministério Público e a investigação criminal direta – visão do Supremo Tribunal Federal	363
4.1	Evolução da jurisprudência no Supremo Tribunal Federal sobre o tema	363
4.2	Posição atual do Supremo Tribunal Federal sobre o tema (RE nº 593.727-MG, repercussão geral, Pleno).....	365
5	Conclusão	372
	Referências.....	373

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVA: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA À LUZ DO MODELO FRANCÊS

BENEDITO GONÇALVES, ANA LUCIA PRETTO PEREIRA	377	
1	Introdução	377
2	Jurisdição administrativa no modelo francês.....	377
3	Jurisdição administrativa na experiência brasileira	379
3.1	O caso do Conselho Nacional do Ministério Público	381
3.2	O caso do Conselho Nacional de Justiça.....	383
4	Conclusão	386
	Referências.....	386

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM DIREITO DE OFENDER?

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, KAMILE CASTRO	389	
1	Introdução	389
2	Liberdade de pensamento e expressão: da cidade antiga aos dias atuais	390
3	Liberdade e responsabilidade	393
4	Um direito para incomodar...ou mesmo ofender?	398
5	Conclusão	402
	Referências.....	403

O CRESCIMENTO DOS *HABEAS CORPUS* NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR.....	405
---	------------

OS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CUMPRIMENTO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL E O REPENSAR SOBRE SUAS COMPETÊNCIAS E SUA FORMA DE ATUAÇÃO

RONALDO CHADID	413	
	Introdução	413
1	A formação do Estado pelas diversas formas de atuação do Poder.....	414
2	A separação de poderes (funções) e os diversos órgãos que compõem o núcleo da organização do Estado	416
3	Consolidação institucional dos Tribunais de Contas nas Constituições.....	420
4	Funções dos Tribunais de Contas	424
5	Repensando os Tribunais de Contas	425
5.1	Eficiência pedagógica	426
5.2	Cautelares.....	426
5.3	A atuação concomitante	427
5.4	Gestão de riscos	427
5.5	Termos de ajustamento de gestão	428
	Conclusão	429
	Referências.....	430

ASSIMETRIAS REGULATÓRIAS FEREM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA?

PARÂMETROS E PERSPECTIVAS CONSTITUCIONAIS

JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO, GABRIEL CAMPOS SOARES DA FONSECA.....	433	
	Introdução	433
1	O princípio da isonomia na Constituição de 1988.....	434
1.1	O princípio da isonomia na doutrina nacional.....	436
1.2	O princípio da isonomia na jurisprudência nacional.....	440
2	Assimetrias regulatórias.....	442
3	Assimetrias regulatórias e o princípio da isonomia.....	445
	Considerações finais	447
	Referências.....	448

SOBRE OS COORDENADORES	451
-------------------------------------	------------

SOBRE OS AUTORES.....	453
------------------------------	------------